



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE RORAIMA**



**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009**

MARÇO/2010



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE RORAIMA**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009**

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

DPF – Departamento de Polícia Federal

IN – Instrução Normativa

IPL – Inquérito Policial

LOA – Lei Orçamentária Anual

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PIB – Produto Interno Bruto

Port. – Portaria

PPA – Plano Plurianual

SR – Superintendência Regional

RG – Relatório de Gestão

SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos

SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

TCU – Tribunal de Contas da União

UG – Unidade Gestora

UO – Unidade Orçamentária

LISTA DE TABELAS, RELAÇÕES, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES, ETC.

<u>Título</u>	<u>Página</u>
QUADRO 1 – IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	7
QUADRO 2- DADOS DO PROGRAMA 0662 - PREVENÇÃO E REPRESSÃO À CRIMINALIDADE E SUAS AÇÕES.....	12
QUADRO 3 - DADOS GERAIS DA AÇÃO 2679	13
QUADRO 4 - DADOS GERAIS DA AÇÃO 2720	14
QUADRO 5 - DADOS GERAIS DA AÇÃO 2726	16
QUADRO 6 - DADOS GERAIS DA AÇÃO 4572	18
QUADRO 7 - DADOS DO PROGRAMA 1353 - MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL E SUAS AÇÕES.....	19
QUADRO 8 - DADOS GERAIS DA AÇÃO 7E37.....	20
QUADRO 9 - DADOS GERAIS DA AÇÃO 8979	21
QUADRO 10 - DADOS DO PROGRAMA 1453 - NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA – PRONASCI.....	22
QUADRO 11 - DADOS GERAIS DA AÇÃO 8375	23
QUADRO 12 - DADOS DO PROGRAMA 0750 – APOIO ADMINISTRATIVO	24
QUADRO 13 - DADOS GERAIS DA AÇÃO 2000	25
QUADRO 14 - DADOS DO PROGRAMA 0150 – PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS	26
QUADRO 15 - DADOS GERAIS DA AÇÃO 4390	27
QUADRO 16 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO.....	28
QUADRO 17 – DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA	28
QUADRO 19 - DESPESAS CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA	31
QUADRO 20 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR PROGRAMA DE GOVERNO	32
QUADRO 21 – EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE	34
QUADRO 22 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS – SITUAÇÃO EM 31/12/2009.....	39
QUADRO 23 - COMPOSIÇÃO E CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS NOS EXERCÍCIOS DE 2007, 2008 E 2009	40
QUADRO 24 – INSCRIÇÕES E PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR - EXERCÍCIO DE 2009.....	42
QUADRO 25 – RELAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DA CGU E SUAS PROVIDÊNCIAS.....	43
QUADRO 26 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU.....	46
QUADRO 27 - DECLARAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA ÁREA DE CONTRATOS	51

Sumário

INTRODUÇÃO	5
PARTE A – CONTEÚDO GERAL	7
1 – Informações Gerais de Identificação	7
2 – Objetivos e Metas	8
2.1 – Responsabilidades Institucionais	8
2.1.2 – Objetivos Estratégicos	9
2.2 – Estratégia de Atuação	10
2.3 – Programas e Ações sob a Responsabilidade da Unidade	11
2.3.1 – Relação dos Programas	11
2.3.1.1 – Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade	12
2.3.1.1.1 – Ação 2679 - Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos	13
2.3.1.1.2 – Ação 2720 - Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública...	14
2.3.1.1.3 – Ação 2726 - Prevenção e Repressão a Crimes praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União	16
2.3.1.1.4 – Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.....	18
2.3.1.2 – Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal.....	19
2.3.1.2.1 – Ação 7E37 – Construção do Edifício-Sede da Superintendência Regional em Roraima.....	20
2.3.1.2.2 – Ação 8979 - Reforma e Modernização das Unidades do Departamento de Polícia Federal	21
2.3.1.3 – Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI	22
2.3.1.3.1 – Ação 8375 - Campanha de Desarmamento	23
2.3.1.4 – Programa 0750 - Apoio Administrativo	24
2.3.1.4.1 – Ação 2000 - Administração da Unidade	25
2.3.1.5 – Programa 0150 – Proteção e Promoção dos Povos Indígenas.....	26
2.3.1.5.1 – Ação 4390 –Demarcação e regularização de terras indígenas.....	27
2.4 – Desempenho Operacional	28
2.4.1 – Evolução das despesas.....	28
2.4.1.1 - Despesas por Modalidade de Contratação.....	28
2.4.1.2 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.....	28
2.4.1.3 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa	31
2.4.1.4 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo	32
2.4.2 - Execução Física e Financeira das ações realizadas pela Unidade	34
2.4.3 – Indicadores de desempenho	35
2.4.4 – Análise do desempenho	35
3 - Recursos Humanos.....	39
4 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.....	42
5 – Inscrições do Restos a Pagar no Exercício e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	42
6 – Informações sobre Transferências (Recebidas ou Realizadas) no Exercício	42
7 – Previdência Complementar Patrocinada.....	43
8 – Fluxo Financeiro de Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos	43
9 – Renúncia Tributária	43
10 – Operações de Fundo.....	43
11 – Determinações dos Órgãos de Controle	43
11.1 – Recomendações da CGU	43
11.2 - Determinações e Recomendações do TCU	46
12 – Atos de Admissão, Desligamento, Concessão de Aposentadoria e Pensão Praticados em 2009.....	49
13 – Declaração da área responsável pelos Contratos e Convênios	51
14. Outras Considerações.....	52
PARTE B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DE GESTÃO	55
1 – Declaração do Contador Responsável.....	55
2 – Rol de Responsáveis.....	56

Introdução

O presente relatório tem por objetivo apresentar a análise do desempenho institucional e da gestão orçamentária e financeira da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Roraima no ano de 2009, de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

O conteúdo geral deste Relatório está estruturado de forma sequencial segundo os itens relacionados no Anexo II, DN TCU nº 100/2009, ou seja: informações gerais de identificação, gestão orçamentária, recursos humanos, informações sobre restos a pagar, determinações e recomendações dos órgãos de controle interno e externo e declaração referente ao registro de contratos no sistema SIASG.

Os itens referentes a reconhecimento de passivos, transferências de recursos, previdência complementar, fluxo financeiro de projetos, renúncia tributária, operações de fundos, registro de atos de admissão, desligamentos e aposentadorias não se aplicam à natureza jurídica da Superintendência Regional, não tiveram ocorrências no período ou são executados pelo órgão central, Unidade Orçamentária da UG.

A Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Roraima está estruturada em três (03) Unidades Operacionais, composta pela Sede da Superintendência, a Delegacia de Pacaraima e o Posto Avançado de Bonfim.

Compõem a estrutura da Superintendência Regional, na sede, nove (09) Delegacias Especializadas (Delegacia de Controle de Segurança Privada, Delegacia de Defesa Institucional, Delegacia de Polícia de Imigração, Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários, Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários, Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico, subordinadas a Delegacia Regional Executiva, e Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Patrimônio, Delegacia de Repressão a Entorpecentes, Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas, subordinadas a Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado, além de dois (2) Núcleos (Núcleo de Tecnologia da Informação, Núcleo de Inteligência Policial), e três (3) Setores (Setor de Recursos Humanos, Setor Técnico-Científico e Setor de Administração e Logística Policial).

O Estado de Roraima embora tenha uma área semelhante a do Estado de São Paulo possui uma densidade demográfica da ordem de 1,75 habitantes por quilometro quadrado e 0,1% do PIB brasileiro, com grande precariedade nos setores primário e secundário. Cerca de

50% do território é constituído de reservas indígenas, provocando um grande vazio demográfico. Possui apenas duas rodovias federais que chegam a pouco menos de 1.000 Km de estradas asfaltadas e de manutenção precária. Faz fronteira com o Estado do Amazonas e do Pará, com a peculiaridade de ter o único acesso terrestre fechado ao trânsito por indígenas entre as 18:00 h e 06:00 h do dia seguinte. Dos 1860 km de fronteira internacional com Guiana e Venezuela, 82% encontra-se em reservas indígenas, provocando grande dificuldade quanto à fiscalização e patrulhamento. Esta Superintendência Regional concentra esforços no combate a crimes de maior incidência no âmbito de sua circunscrição, quais sejam: o tráfico de drogas, o contrabando e o descaminho, corrupção e desvio de recursos federais, crimes contra o meio ambiente e crimes contra comunidades indígenas.

No ano de 2009, a SR realizou vinte (20) operações policiais, resultando no cumprimento 149 prisões cautelares (flagrante, temporária e preventiva).

Com relação ao aspecto operacional reativo, foram instaurados 663 (seiscentos e sessenta e três) Inquéritos Policiais, concluídos 551 (quinhentos e cinquenta e um), restando em andamento 436 (quatrocentos e trinta e seis).

Considerando que em 2010 será um ano eleitoral, a estratégia de atuação desta Superintendência, tem-se como meta para 2010 priorizar a área de defesa institucional, combate aos crimes eleitorais e aos desvios de dinheiro público. Também será priorizado o combate aos crimes transfronteiriços através da realização da Operação Sentinela que englobará todas as unidades da federação que possuam fronteira internacional.

PARTE A – CONTEÚDO GERAL

1 – Informações Gerais de Identificação

Quadro 1 – Identificação da Unidade Jurisdicionada

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça		Código SIORG: 316	
Identificação da Unidade Jurisdicionada e Agregadora			
Denominação completa: Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Roraima			
Denominação abreviada: Polícia Federal em Roraima			
Código SIORG: 010090	Código LOA: Não se aplica	Código SIAFI: 200384	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública		Código CNAE: 8424-8/00	
Telefones/Fax de contato:	(95) 3621 1500	(95) 3621 1515	(95) 3621 1521
Endereço eletrônico: gab.srrr@dpf.gov.br			
Página da Internet: http://www.dpf.gov.br			
Endereço Postal: Av Ville Roy, 2801, B Caçari, CEP 69.307-725, Boa Vista, RR			
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
<p>Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.</p> <p>Criada como Divisão através da Port. 041, de 18/03/75, BS. 053, de 19/03/75.</p> <p>Elevada para Superintendência Regional em conformidade com o art. 1º da Lei 8.715, de 06/10/93, publicada no DOU. 192, de 07/10/93</p> <p>Portaria nº 551 de 14/12/1993, publicada no DOU de 07/01/1994;</p> <p>Portaria nº 1.825, de 13/10/2006, publicada no DOU de 16/10/2006 (revogada em 26/11/2009)</p> <p>Portaria nº 3.961, de 24/11/2008, publicada no DOU de 26/11/2009.</p>			

FUNAPOL: - Lei Complementar 89, de 18.02.1997.	
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas	
- Decreto nº 6.061, de 15.03.2007. - Portaria nº 3.961/MJ, de 24.11.2009, que aprova o Regimento Interno. - Instrução Normativa nº 13/DG-DPF, de 15.06.2005.	
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
200384	Gestão Tesouro
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
200355	Fundo de Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal - FUNAPOL
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
200384 200385	00001

2 – Objetivos e Metas

2.1 – Responsabilidades Institucionais

O Departamento de Polícia Federal é um órgão do Ministério da Justiça, que tem suas raízes na Intendência Geral da Polícia da Corte do Estado do Brasil de Dom João VI de 1808, a qual foi posteriormente transformada em Departamento Federal de Segurança Pública, Decreto- Lei 6378/44, tomando a sua atual constituição por meio do Decreto-Lei nº 200/1967, e faz parte, portanto, da administração direta do Governo Federal. A Polícia Federal é representada nos Estados por suas Superintendências, que executam suas próprias receitas, como unidades gestoras, como esta Superintendência Regional em Roraima.

As atribuições da Polícia Federal estão previstas na Constituição Federal, sendo um dos órgãos responsáveis pela segurança pública nacional, devendo atuar na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público. Mais especificamente a Polícia Federal deve *“apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e*

empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.” (art. 144, Parágrafo §1º, inciso I, Constituição Federal).

Dessa forma, a Polícia Federal apura os crimes contra o meio ambiente, contra a ordem tributária, contra o Sistema Financeiro Nacional, contra a Previdência Social, contra os serviços postais, contra a organização do trabalho, contra as comunidades indígenas, contra os direitos humanos, os crimes eleitorais, de genocídio, de tráfico ilícito de drogas, dentre outros.

Cabe, ainda, à Polícia Federal às seguintes atribuições: Controle Migratório (Lei nº 6.815/1980 - Estatuto do Estrangeiro), Controle de Armas (Lei nº 10.826/2003 -SINARM); Controle de Empresas de Segurança Privada (Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995); Controle de Precursores Químicos - que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes (Lei nº 10.357/2001); Segurança de Dignitários - oficiais e autoridades estrangeiras (Lei nº 4.483/1964); Identificação Criminal e Civil (Lei nº 4.483/1964); Segurança ao Patrimônio da União coibindo turbação ou esbulho possessório (Lei nº 10.683/2003), Serviço de Estatística Criminal (Código de Processo Penal), Controle de Conflitos Fundiários (Decreto nº 5.834/2004), Representação Externa – INTERPOL (Lei nº 4.483/1964), e de Proteção à Testemunhas (Lei 9.807/1999).

Particularmente nas zonas de fronteira da Região Norte o papel político-institucional da Polícia Federal assume contornos inigualáveis quando comparado as demais realidades brasileiras, pois sendo a maior parte de nossa extensão territorial destinada à preservação da cultura indígena e preservação ambiental, deparamo-nos diuturnamente com conflitos de interesses e entendimentos.

Assim, a Superintendência de Roraima exerce todas essas atividades, direta ou indiretamente, no âmbito de sua circunscrição.

2.1.2 – Objetivos Estratégicos

No ano de 2009 foram eleitos de forma ampla pela Direção-Geral os seguintes objetivos estratégicos da instituição:

- ✓ Melhoria da Gestão;
- ✓ Combate à Corrupção;
- ✓ Combate ao Narcotráfico;
- ✓ Combate aos crimes contra o Meio-Ambiente;
- ✓ Inserção Internacional.

Ademais, vale dizer, que toda a atuação da instituição se foca no atendimento da MISSÃO da instituição que é “Manter a lei e a ordem para a preservação da segurança pública, no estado democrático de direito, cumprindo as atribuições constitucionais e infraconstitucionais, mediante estratégias, no exercício das funções de polícia administrativa e judiciária.”

Isso para atingir a sua VISÃO DE FUTURO, que é “Tornar a Polícia Federal uma referência mundial em segurança pública para, no cumprimento de suas atribuições, garantir a manutenção da lei e da ordem interna e externa, em cooperação com os estados soberanos, como valores fundamentais da dignidade humana.”

2.2 – Estratégia de Atuação

Em meio ao cenário peculiar apresentado, a Superintendência da Polícia Federal em Roraima vem atuando em conjunto com o Exército Brasileiro em ações de monitoramento e preservação de nossa faixa fronteira e com a Polícia Rodoviária Federal na repressão e prevenção de crimes de contrabando/descaminho e de tráfico ilícito de drogas.

Na área de inteligência policial esta superintendência interage com a comunidade de inteligência na busca e coleta de informações e confirmação de informes.

Na região de fronteira foram adotadas técnicas de barreiras surpresa. Foram intensificadas ações pontuais que causaram significativa redução na prática de descaminho. Barreiras em períodos e pontos variados da fronteira internacional com Venezuela e Bonfim. O resultado se dá pela preocupação invocada aos infratores com a constante dúvida de onde estariam as equipes policiais, desmotivando a prática do delito pela intensificação da fiscalização.

O monitoramento e a vigilância constantes das rotas habitualmente utilizadas para o tráfico ilícito de drogas e seus integrantes tem igualmente contribuído para o combate de tal crime, obrigando os infratores a buscarem alternativas outras que não o Estado de Roraima.

A vizinhança com a Venezuela e Guiana Inglesa enseja o ingresso irregular de

estrangeiros em nosso território, o que causa, por diversas vezes, sua contratação em condições indesejadas, quer no tocante aos encargos sociais que devam ser suportados pelos empregadores, quer na condição de quase escravidão a que não raro são submetidas tais pessoas. Parcerias deverão ser firmadas com o Ministério do Trabalho a fim de reprimir tais práticas. Neste exercício foi realizada ação de combate ao regime análogo à escravidão em trabalho rural.

A ação fluvial tornou-se uma das mais novas práticas de atuação graças à aquisição de embarcação leve e adequada aos rios da região e a formação de policiais na especialização de condutores de embarcação. Ações contra o descaminho e crimes ambientais tiveram como importante ferramenta as embarcações e deverão ser mais incrementadas nos próximos exercícios.

Operações de fiscalização da fronteira e reservas indígenas em conjunto com o Exército Brasileiro demonstraram retornos significativos e estreitamento dos laços de parceria entre as instituições. A entropia positiva causou retorno muito superior se duas operações distintas, uma de cada instituição, tivessem sido desencadeadas.

O vazio demográfico das Terras Indígenas Yanomami e Raposa Serra do Sol, bem como as dificuldades logísticas causadas pela precariedade das vias de acesso e por vezes sua inexistência, demonstram a necessidade de mais ações conjuntas e de especialização de mais policiais em operações de selva e não urbanas.

Faz-se necessário o aumento do uso de material de orientação e navegação terrestre como receptores de GPS para execução, e cartas topográficas atualizadas para planejamento de operações.

2.3 – Programas e Ações sob a Responsabilidade da Unidade

2.3.1 – Relação dos Programas

O Departamento de Polícia Federal tem sob sua responsabilidade, direta em suas atividades finalísticas, no PPA 2008-2011, dois programas de governo: Prevenção e Repressão à Criminalidade e Modernização da Polícia Federal. Esses programas abrangem atividades de fiscalização e controle de empresas de produção, transporte e comércio de precursores químicos, ações de caráter sigiloso na área de Segurança Pública, prevenção e repressão a crimes praticados contra bens, serviços e interesses da União, capacitação de seus servidores.

A Superintendência Regional em Roraima, também executou recursos do programa de Modernização da Polícia Federal na ação referente à construção de Unidades do DPF, com o projeto de reforma do prédio do Posto Avançado de Pacaraima, a fim de instalar a Delegacia de Polícia Federal recém recriada naquele município. Deu-se início também à construção da sede da superintendência.

O programa de Apoio Administrativo, que representa a maior parte dos recursos administrados pela SR, abrange a administração da unidade e as ações de informática para manutenção das atividades de apoio, considerando a terceirização de serviços de limpeza, vigilância, manutenção predial, recepcionistas, custeio de aluguéis, aquisição de bens permanentes e de material de consumo.

Esta Superintendência executou, da mesma forma, recursos do programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, do Ministério da Justiça, na ação da Campanha do Desarmamento.

2.3.1.1 – Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade

No âmbito das ações finalísticas voltadas à redução da criminalidade, mediante a repressão ao tráfico de drogas, de armas e à lavagem de dinheiro, das ações de combate à corrupção e ao crime organizado, entre outras, por parte da Polícia Federal, tem-se o Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade.

Quadro 2- Dados do Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade e suas Ações

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo Geral	Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça
Objetivos Específicos	Reduzir a criminalidade, intensificando o combate às organizações criminosas e aos crimes sob a competência da União
Gerente de Programa	Não informado
Responsável pelo Programa no âmbito da UJ	HERBERT GASPARINI DE MAGALHÃES
Indicador(es) para avaliação do programa	Prazo de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal
Público-alvo (beneficiários)	Sociedade

Fonte: SIGPLAN

2.3.1.1.1 – Ação 2679 - Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos

Quadro 3 - Dados Gerais da Ação 2679

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Promover ações de fiscalização e controle do uso de produtos químicos, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópica, não permitindo que sejam utilizados na produção de drogas.
Descrição	Realização de operações rotineiras e/ou emergenciais no sentido de prevenir, combater e debelar o desvio de finalidade na utilização de produtos químicos submetidos a controle, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópicas, como cocaína, heroína, LSD, entre outros. Realizar Controle Administrativo por meio do cadastramento e licenciamento das pessoas jurídicas e físicas com a emissão dos documentos de controle, além da recepção e processamento das informações relacionadas às atividades submetidas a controle no comércio interno e externo, bem como instauração de processos administrativos de infração visando a apuração de infrações previstas na Lei nº 10.357/01 e aplicação de sanções.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Divisão de Controle de Produtos Químicos
Coordenador nacional da ação	José Alberto Maciel Costa
Unidades executoras	200385
Produto (unidade de medida)	Documento Emitido (UNIDADE)

Fonte: SIGPLAN

Projeto / Atividade		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Insc. em RP Não-Proc
679	Fiscalização e Controle de Empresas de Produção	69.384,62	65.527,79	65.527,79	3.856,83

Metas e resultados da ação exercício

Previstas (global)		Realizadas (desta UJ)	
Física	Financeira	Física	Financeira
30.877	23.750.000,00	Não há	69.384,62

As metas físicas e financeiras são quantificadas no SIGPLAN de forma global para todo o Departamento de Polícia Federal. Não houve quantificação específica para esta UJ.

Foram empenhados nesta ação R\$ 69.384,62, sendo apenas R\$ 3.856,83 inscritos em Restos a Pagar.

A Ação ora em comento, utilizou diárias, material de consumo, serviços contratados à pessoa jurídica e suprimento de fundos, visando a desempenhar operações e fiscalizações no Município de Boa Vista, na intenção de regular e regulamentar o comércio clandestino de substâncias químicas imprescindíveis ao preparo de entorpecentes e monitorar ações do crime organizado. O Estado de Roraima tem uma característica particular de precariedade de parque industrial. Contudo, faz-se necessário o controle de precursores químicos em trânsito pelo Estado com destino ao Amazonas ou à Venezuela.

Foram realizadas duas barreiras preventivas para fiscalização de transporte de produtos químicos destinados à Venezuela, bem como foi desencadeada a ‘Operação Seis Fronteiras’.

2.3.1.1.2 – Ação 2720 - Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública

Quadro 4 - Dados Gerais da Ação 2720

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.
Descrição	Mobilização dos meios necessários e execução de operações policiais visando ao mapeamento, identificação e combate das organizações criminosas e suas ramificações, bem como as operações de correições disciplinares e de combate à corrupção interna.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Ademir Dias Cardoso Júnior

Unidades executoras	200385
Produto (unidade de medida)	Ação realizada (UNIDADE)

Fonte: SIGPLAN

Projeto / Atividade		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Insc. em RP Não-Proc
2720	Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública	95.321,19	95.321,19	95.321,19	0,00

Metas e resultados da ação exercício

Previstas (global)		Realizadas (desta UJ)	
Física	Financeira	Física	Financeira
750	10.000.000,00	> 02	95.321,19

As metas físicas e financeiras são quantificadas no SIGPLAN de forma global para todo o Departamento de Polícia Federal. Não houve quantificação específica para esta UJ.

Operações de caráter sigiloso são realizadas mediante responsabilidade do Núcleo de Inteligência Policial, diretamente subordinado ao Superintendente Regional, com execução por equipes de policiais habilitados em análise de inteligência. Os valores apropriados a Ação 2720 foram empregados em atividades estritamente de inteligência, visando investigação do crime organizado, tráfico de entorpecentes e outros que necessitam da atuação discreta da polícia em todo o Estado de Roraima. Foram empregadas nas atividades desta ação verbas de caráter sigiloso.

Para fins especificamente comparativos faz-se uma proporção pela população da UF (394.192 habitantes) e o Brasil (183.987.291 habitantes) conforme o censo IBGE 2007. Considerando a meta física de 750 ações de caráter sigiloso realizadas em todo o Brasil, tem-se, proporcionalmente, 02 (duas) operações como meta física para a Superintendência em Roraima (SR/RR). Em função da peculiaridade das atividades de inteligência deixa-se de comentar o número de operações ora em execução, limitando-se a garantir que ultrapassam consideravelmente a meta proporcional.

2.3.1.1.3 – Ação 2726 - Prevenção e Repressão a Crimes praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União

Quadro 5 - Dados Gerais da Ação 2726

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	<p>Combater o contrabando e o descaminho, os crimes contra as propriedades intelectual e industrial (pirataria), os crimes cometidos por meio da rede mundial de computadores (cibernéticos), o tráfico de seres humanos, a exploração sexual infanto-juvenil e a pedofilia; reprimir o trabalho escravo; apurar conflitos agrários e fundiários; combater os crimes contra a previdência social, contra os direitos humanos, contra as comunidades indígenas e outros crimes contra bens, serviços e interesses da União, atuando de forma integrada com todas as áreas do Departamento e com os demais órgãos afins. Executar as medidas assecuratórias da incolumidade física de Representantes dos Poderes da República, Autoridades Brasileiras e Estrangeiras em visita ao Território Nacional.</p> <p>Fiscalizar e controlar as empresas de segurança privada em todo o país.</p>
Descrição	<p>Desenvolvimento de atividades de inteligência; mapeamento e ocupação de áreas; processamento de informações; execução de investigações, perícias, interrogatórios, acareações, reconstituições e de outras ações relevantes à elucidação de crimes; custeio de despesas com o deslocamento de agentes; aquisição de equipamentos de uso policial; dentre outros. Planejamento, coordenação e execução de operações e atividades voltadas para a garantia da integridade física de representantes dos Poderes da República, autoridades brasileiras e estrangeiras em visita ao Território Nacional.</p> <p>Concepção e implantação de um conjunto de iniciativas para o fortalecimento do controle de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional. Realizar operações de fiscalização voltadas para a implementação de um efetivo controle das atividades relacionadas à fabricação, importação, exportação, registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional.</p>
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Claudio Ferreira Gomes
Unidades executoras	200385
Produto (unidade de medida)	Operação realizada (UNIDADE)

Fonte: SIGPLAN

Projeto / Atividade		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Insc. em RP Não-Proc
2726	Prevenção e Repressão a Crimes Praticados Contra Bens, Serviços e Interesses da União	1.053.751,80	1.047.320,78	1.047.320,78	6.431,02

Metas e resultados da ação exercício

Previstas (global)		Realizadas (desta UJ)	
Física	Financeira	Física	Financeira
2.016	64.513.050,00	20	1.053.751,80

As metas físicas e financeiras são quantificadas no SIGPLAN de forma global para todo o Departamento de Polícia Federal. Não houve quantificação específica para esta UJ. Para fins especificamente comparativos faz-se uma proporção pela população da UF (394.192 habitantes) e o Brasil (183.987.291 habitantes) conforme o censo IBGE 2007. Considerando a meta física de 2.016 operações realizadas em todo o Brasil, tem-se, proporcionalmente 05 (cinco) operações como meta física para a Superintendência em Roraima (SR/RR). Considerando que foram realizadas 20 (vinte) operações policiais, a participação da SR/RR foi significativa no contexto global da ação.

No exercício de 2009 destacou-se em Roraima o combate ao contrabando e ao descaminho, aos crimes contra a propriedade intelectual e industrial (pirataria); a repressão ao trabalho escravo; a apuração de conflitos agrários e fundiários; o combate aos crimes contra o meio ambiente, contra as comunidades indígenas e outros contra bens, serviços e interesses da União, suas entidades autárquicas e empresas públicas, atuando de forma integrada com todas as áreas do Departamento de Polícia Federal e com os demais órgãos afins. Foram realizadas, também, atividades de segurança de dignitários e fiscalização e controle das empresas de segurança privada.

A deficiência fiscalizatória dos rios do Estado de Roraima foi amenizada com a aquisição de embarcação, que será destinada a repressão de crimes contra a fauna e flora.

2.3.1.1.4 – Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Quadro 6 - Dados Gerais da Ação 4572

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Laura Vilella Rosa Tacca
Unidades executoras	200385
Produto (unidade de medida)	Servidor Capacitado (UNIDADE)

Fonte: SIGPLAN

Projeto / Atividade		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Insc. em RP Não-Proc
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	6.050,00	6.050,00	6.050,00	0,00

Metas e resultados da ação exercício

Previstas (global)		Realizadas (desta UJ)	
Física	Financeira	Física	Financeira
3.135	1.567.500,00	62	6.050,00

As metas físicas e financeiras são quantificadas no SIGPLAN de forma global para todo o Departamento de Polícia Federal. Não houve quantificação específica para esta UJ.

Para fins comparativos tomou-se por base a proporção de servidores lotados na SR/RR e o total de servidores no DPF, conforme mapa-base de maio 2009. Assim dos 3135 (três mil

cento e trinta e cinco) servidores capacitados como meta física nacional, proporcionalmente calculou-se em 44 servidores como meta da SR/RR. Foi verificado que 62 servidores participaram de 45 cursos e eventos diversos, superando em 40% o índice proporcional calculado de capacitação continuada.

Os servidores policiais e administrativos participaram de vários cursos de especialização, seminários, treinamentos e convenções; tanto na Academia Nacional de Polícia, CIAPA – Centro de Instrução e Aperfeiçoamento de Polícia Ambiental, quanto em outras descentralizadas da Polícia Federal e Instituições afins. Foram também realizados treinamentos de tiro e de técnicas operacionais em Boa Vista/RR, bem como cursos pelo sistema EAD (Ensino a Distância). Destaca-se a habilitação de servidores em língua inglesa através de convênios com escola especializada local e o DPF. Assim foram habilitados 08 servidores policiais e 02 servidores administrativos.

2.3.1.2 – Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal

O Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal tem por objetivo reestruturar o DPF, proporcionando condições operacionais para o exercício de suas atribuições constitucionais, conforme detalhado em quadro abaixo, devendo-se observar que as ações especificadas se referem apenas àquelas executadas por esta Superintendência.

Quadro 7 - Dados do Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal e suas Ações

Tipo de programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo Geral	Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça
Objetivos Específicos	Aprimorar a estrutura e os modelos operacional e gerencial, bem como a capacidade executiva do policiamento federal.
Gerente de Programa	Rogério Augusto Viana Galloro
Responsável pelo Programa na UJ	HERBERT GASPARINI DE MAGALHÃES
Indicador(es) para avaliação do programa	Não há indicador
Público-alvo (beneficiários)	Departamento de Polícia Federal

Fonte: SIGPLAN

Este programa não possui indicadores de avaliação. As ações previstas neste programa apresentam indicadores específicos que podem ser percorridos individualmente.

2.3.1.2.1 – Ação 7E37 – Construção do Edifício-Sede da Superintendência Regional em Roraima

Quadro 8 - Dados Gerais da Ação 7E37

Tipo de Ação	Direta
Finalidade	Proporcionar à Polícia Federal a estrutura física adequada ao melhor desempenho de suas funções, aprimoramento a qualidade do atendimento ao público externo.
Descrição	Construção do edifício-sede da Superintendência Regional da Polícia Federal em Roraima, na cidade de Boa Vista, por empresas contratadas em processo licitatório.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Não informado
Unidades executoras	200385
Produto (unidade de medida)	unidade construída (% de execução física)

Fonte: SIGPLAN

Projeto / Atividade		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Insc. em RP Não-Proc
7E37	Construção do Edifício-Sede da Superintendência Regional em Roraima	2.000.000,00	0,00	0,00	2.000.000,00

Metas e resultados da ação exercício

Previstas (global)		Realizadas (desta UJ)	
Física	Financeira	Física	Financeira
25%	5.000.000,00	-xx-	2.000.000,00

Em 18 de dezembro de 2009 foi assinado o contrato com a empresa Andrade Galvão Engenharia Ltda para a construção do edifício-sede da Superintendência de Polícia Federal no Estado de Roraima - Contrato nº 013/2009 SR/DPF/RR, vinculado ao Processo nº 08485.002709/2009-01, Concorrência nº 01/2009 – SR/DPF/RR. Devido ação cautelar com pedido de liminar interposta pela empresa CENGE Construções Ltda., a Justiça Federal suspendeu temporariamente o andamento do contrato até a análise das alegações das partes. Foi empenhado R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), através da Nota de Empenho 2009900106, no entanto, sem realização física e financeira até a presente data.

2.3.1.2.2 – Ação 8979 - Reforma e Modernização das Unidades do Departamento de Polícia Federal

Quadro 9 - Dados Gerais da Ação 8979

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Reformar e restaurar as instalações do Departamento de Polícia Federal, visando a melhoria da organização e do desenvolvimento das atividades, a redução de custos operacionais e o atendimento às crescentes demandas da sociedade em relação a segurança pública.
Descrição	Atendimento à crescente demanda de espaço físico adequado à formação e atuação dos servidores do Departamento de Polícia Federal, realizando obras de reforma e modernização nas bases operacionais, na Academia Nacional de Polícia e nas demais unidades do Departamento de Polícia Federal, contemplando: serviços preliminares, movimentos de terra, fundações, infra-estrutura, superestrutura, vedações, esquadrias, coberturas, instalações hidro-sanitárias, elétricas e de telecomunicações e informática, revestimentos e pavimentações (pisos, paredes e forros), vidros, pinturas, elevadores e serviços complementares.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal – FUNAPOL
Coordenador nacional da ação	Renato José Lazary da Fonseca
Unidades executoras	200385
Produto (unidade de medida)	unidade reformada (%) de execução física

Fonte: SIGPLAN

Projeto / Atividade		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Insc. em RP Não-Proc
8979	Reforma e Modernização das Unidades do Departamento de Polícia Federal	152.947,26	81.663,30	81.663,30	71.283,96

Metas e resultados da ação exercício

Previstas (global)		Realizadas (desta UJ)	
Física	Financeira	Física	Financeira
11	15.000.000,00	02	152.947,26

Estão em curso os projetos executivos para reforma da sede e das residências da Delegacia de Polícia Federal em Pacaraima e do Posto Avançado de Bonfim. Ambas as licitações foram vencidas pela Empresa Lanza Arquitetura e Construções Ltda.

O valor total do Contrato nº 008/2009 SR/DPF/RR, vinculado ao Processo nº 08485.007327/2008-84, para o projeto de reforma da Delegacia de Pacaraima é de R\$

83.993,92 (oitenta e três mil e novecentos e noventa e três reais e noventa e dois centavos). Foi executado 50 % (cinquenta por cento) do mesmo, R\$ 47.188,24 (quarenta e sete mil e cento e oitenta e oito reais e vinte e quatro centavos). A previsão para a conclusão do projeto é para 2010.

O valor total do Contrato nº 009/2009 SR/DPF/RR, vinculado ao Processo nº 08485.007326/2008-30, para o projeto de reforma do Posto Avançado de Bonfim é de R\$ 68.953,34 (sessenta e oito mil e novecentos e cinquenta e três reais e trinta e quatro centavos). Foi executado 50 % (cinquenta por cento) do mesmo, R\$ 34.475,06 (trinta e quatro mil e quatrocentos e setenta e cinco reais e seis centavos). A previsão para a conclusão do projeto é para 2010.

2.3.1.3 – Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI

O Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, de responsabilidade do Ministério da Justiça, conta com a participação da Polícia Federal na execução da Ação 8375 - Campanha de Desarmamento.

Quadro 10 - Dados do Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI

Tipo de programa		Finalístico
Objetivo Geral		Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça
Objetivos Específicos		Enfrentar a criminalidade e a violência, nas suas raízes sociais e culturais e reduzir de forma significativa seus altos índices em territórios de descoesão social.
Gerente de Programa		Ronaldo Teixeira da Silva
Responsável pelo Programa na UJ		HERBERT GASPARINI DE MAGALHÃES
Indicador(es) para avaliação do programa		Taxa de Homicídios (1/100.000 habitantes)
Público-alvo (beneficiários)		Adolescentes e jovens vítimas da violência, em situação de risco social ou em conflito com a lei, e suas famílias; operadores de segurança pública e as comunidades residentes nos territórios de descoesão social.
Código	Tipo ¹	Descrição da Ação
8375	A	Campanha do Desarmamento

Fonte: SIGPLAN

¹ Tipo de Ação: P – Projeto; A – Atividade; OP – Operação Especial

2.3.1.3.1 – Ação 8375 - Campanha de Desarmamento

Quadro 11 - Dados Gerais da Ação 8375

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Promover a campanha nacional de desarmamento e o pagamento de indenização pela entrega de armas de fogo.
Descrição	Realização de Campanha Nacional de Desarmamento, publicação de material informativo nas diversas mídias; recepção, acondicionamento, destino e pagamento de indenizações pela entrega de arma de fogo. Aperfeiçoamento do sistema de controle de armas e munições, a partir da contratação de empresas especializadas no desenvolvimento de soluções tecnológicas.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Justiça
Coordenador nacional da ação	Cristina Gross Villanova
Unidades executoras	200384
Produto (unidade de medida)	Indenização paga (unidade)

Fonte: SIGPLAN

Projeto / Atividade		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Insc. em RP Não-Proc
8375	Campanha do Desarmamento	6.800,00	4.300,00	4.300,00	2.500,00

Metas e resultados da ação exercício

Previstas (global)		Realizadas (desta UJ)	
Física	Financeira	Física	Financeira
38.000	10.000.000,00	87	6.800,00

As metas físicas e financeiras são quantificadas no SIGPLAN de forma global para todo o Departamento de Polícia Federal. Não houve quantificação específica para esta UJ. Entre os gastos da Campanha do Desarmamento destacam-se as indenizações feitas para incentivar a entrega voluntária de armas.

Para fins especificamente comparativos faz-se uma proporção pela população da UF (394.192 habitantes) e o Brasil (183.987.291 habitantes) conforme o censo IBGE 2007. Considerando a meta física de 38.000 armas recolhidas pela campanha do desarmamento em todo o Brasil, tem-se, proporcionalmente 81 armas recolhidas como meta física para a Superintendência de Roraima (SR/RR). Considerando que foram recebidas no período 87

armas de fogo, a participação da SR/RR foi acima do previsto proporcionalmente no contexto global da Ação.

A Delegacia De Repressão Ao Tráfico Ilícito De Armas (DELEARM) realizou duas operações para cadastrar as armas de fogo dos cidadãos residentes em áreas rurais. As operações Caravana Sinarm I e II percorreram oito municípios do interior do Estado registrando 502 (quinhentos e dois) requerimentos de registro de armas de fogo. O resultado maior destas operações foi o esclarecimento da população sobre a legislação pertinente a aquisição, porte e posse de armas de fogo e munições.

2.3.1.4 – Programa 0750 - Apoio Administrativo

A única ação desenvolvida por esta Superintendência Regional dentro do programa em tela é a Ação 2000 – Administração da Unidade, a qual engloba a maior parte dos gastos da Unidade.

Quadro 12 - Dados do Programa 0750 – Apoio Administrativo

Tipo de programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo Geral	Não informado
Objetivos Específicos	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos
Gerente de Programa	Não informado
Responsável pelo Programa	HERBERT GASPARINI DE MAGALHÃES
Indicadores para avaliação do programa	Este Programa não possui indicadores.
Público-alvo (beneficiários)	Governo

Fonte: SIGPLAN

Este programa visa prover a manutenção das atividades de apoio em prol dos programas finalísticos. Não há indicadores ou parâmetros a serem mensurados. A continuidade das atividades administrativas é por si só uma demonstração do uso efetivo e correto dos recursos deste programa.

2.3.1.4.1 – Ação 2000 - Administração da Unidade

Quadro 13 - Dados Gerais da Ação 2000

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	<p>A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis.</p> <p>Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).</p> <p>Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.</p>
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Não há coordenador vinculado
Unidades executoras	200384 e 200385
Produto (unidade de medida)	Não há produto para esta Ação

Projeto / Atividade		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Insc. em RP Não-Proc
2000	Administração da Unidade (200384)	4.245.535,96	4.060.832,94	3.947.885,50	184.703,02
2000	Administração da Unidade (200385)	12.540,29	12.540,29	12.540,29	0,00
TOTAL		4.258.076,25	4.073.373,23	3.959.425,79	184.703,02

Metas e resultados da ação exercício

Previstas (global)		Realizadas (desta UJ)	
Física	Financeira	Física	Financeira
Não há	3.432.031.584,00	Não há	4.258.076,25

A execução da Ação 2000 é fator impactante no desempenho operacional da Polícia Federal, uma vez que financia as despesas das atividades-meio necessárias à gestão e administração da Unidade, como por exemplo, serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular da PF; manutenção e conservação de imóveis próprios ou alugados da Superintendência e suas Delegacias; pagamento de diárias e passagens; e outras.

2.3.1.5 – Programa 0150 – Proteção e Promoção dos Povos Indígenas

Quadro 14 - Dados do Programa 0150 – Proteção e Promoção dos Povos Indígenas

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo Geral	Reorganizar e fortalecer o sistema nacional de políticas indigenistas
Objetivos Específicos	Garantir aos povos indígenas a manutenção ou recuperação das condições objetivas da reprodução dos seus modos de vida e proporcionar-lhes oportunidades de superação das assimetrias observadas em relação a sociedade brasileira geral.
Gerente de Programa	Não informado
Responsável pelo Programa	HERBERT GASPARINI DE MAGALHÃES
Indicadores para avaliação do programa	Número de terras indígenas regularizadas (unidade) Taxa de aldeias em situação de vulnerabilidade (percentual) Taxa de terras sem posse indígena plena (percentual)
Público-alvo (beneficiários)	Povos indígenas

Os recursos deste programa foram utilizados nas atividades da Operação Upatakon III, com objetivo de concluir a homologação da Reserva Raposa Serra do Sol. Os indicadores são de responsabilidade de avaliação da FUNAI, visto que a esta UJ coube apenas a atividade de segurança na fase de retirada de não-índios da referida reserva indígena.

2.3.1.5.1 – Ação 4390 – Demarcação e regularização de terras indígenas

Quadro 15 - Dados Gerais da Ação 4390

Tipo de ação	Direta
Finalidade	Promover a regularização das terras indígenas, visando assegurar o direito dos índios a sua posse e usufruto.
Descrição	Realização de procedimentos administrativos de demarcação e regularização fundiária de terras indígenas que compreende os estudos de campo e documentais, de caráter antropológico, ambiental, cartográfico e fundiário; a declaração de ocupação tradicional indígena mediante edição de Portaria do Ministro da Justiça, autorizando ainda, a FUNAI promover a demarcação física dos limites da terra indígena; a homologação através do decreto presidencial confirmando os limites demarcados, habilitando aos procedimentos de registros cartorial e na Secretaria de Patrimônio da União; os trabalhos de levantamentos fundiário e de avaliação de benfeitorias e a remoção dos ocupantes não-índios.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Justiça
Coordenação Nacional da Ação	Fundação Nacional do Índio
Unidades executoras	000384

Fonte: Sigplan

Projeto / Atividade		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Insc. em RP Não-Proc
4390	Demarcação e Regularização de Terras Indígenas	883.000,00	662.191,00	662.191,00	220.809,00

Metas e resultados da ação exercício

Previstas (global)		Realizadas (desta UJ)	
Física	Financeira	Física	Financeira
16	30.583.949,00	Não há	883.000,00

As metas físicas e financeiras são quantificadas no SIGPLAN de forma global para todo o Departamento de Polícia Federal. Não houve quantificação específica para esta UJ.

Os recursos desta Ação foram empregados na fiscalização das Terras Indígenas com prioridade na conclusão da homologação da Reserva Raposa Serra do Sol, por ocasião da Operação Upatakon III e Operação Rescaldo.

2.4 – Desempenho Operacional

2.4.1 – Evolução das despesas

2.4.1.1 - Despesas por Modalidade de Contratação

Quadro 16 - Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	Exercícios			
	2008	2009	2008	2009
Licitação	3.677.136,28	3.466.594,25	3.677.136,28	3.466.594,25
Convite	29.000,10	18.303,00	29.000,10	18.303,00
Tomada de Preços	657.761,44	81.663,30	657.761,44	81.663,30
Concorrência		-		-
Pregão	2.990.374,74	3.366.627,95	2.990.374,74	3.366.627,95
Concurso		-		-
Consulta		-		-
Contratações Diretas	1.748.510,67	735.588,12	1.748.510,67	735.588,12
Dispensa	728.283,37	444.082,82	728.283,37	444.082,82
Inexigibilidade	1.020.227,30	291.505,30	1.020.227,30	291.505,30
Regime de Execução Especial	430.323,05	159.201,15	430.323,05	159.201,15
Suprimento de Fundos	430.323,05	159.201,15	430.323,05	159.201,15
Pagamento de Pessoal		1.357.403,97		1.357.403,97
Pagamento em Folha ¹		23.930,70		23.930,70
Diárias	1.201.284,07	1.333.473,27	1.201.284,07	1.333.473,27
Outros	1.517.673,92	1.650.433,07	1.517.673,92	1.650.433,07
Não se aplica	1.517.673,92	1.650.433,07	1.517.673,92	1.650.433,07

¹ O pagamento da folha é realizado pelo Órgão Central. Os valores referentes à folha de pagamento desta Superintendência constarão no Relatório de Gestão do DPF. Os valores inscritos para o exercício de 2009 referem-se ao pagamento de auxílio funeral.

2.4.1.2 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro 17 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1- Despesas de Pessoal		23.930,70		23.930,70		-		23.930,70
08 Outros		23.930,70		23.930,70		-		23.930,70

Benefícios Assistenciais								
2 – Juros e Encargos da Dívida		-		-		-		-
-		-		-		-		-
3- Outras Despesas Correntes		6.295.246,85		5.876.946,98		418.299,87		5.763.898,54
14 Diárias	1.201.284,07	1.340.996,31	1.201.284,07	1.333.473,27		7.523,04	1.201.284,07	1.333.473,27
30 Material de Consumo	2.027.610,72	905.686,46	2.027.610,72	846.079,04		59.607,42	2.027.610,72	846.079,04
33 Passagens e Despesas com Locomoção	321.817,22	1.316.450,04	321.817,22	1.059.346,68		257.103,36	321.817,22	1.059.346,68
36 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	353.186,17	282.220,84	353.186,17	280.424,85		1.795,99	353.186,17	280.424,85
37 Locação de Mão-se-Obra	1.396.665,88	1.423.061,45	1.396.665,88	1.355.761,07		67.300,38	1.396.665,88	1.347.873,64
39 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	1.310.234,18	864.430,77	1.310.234,18	846.489,13		17.941,64	1.310.234,18	742.963,81
47 Obrig. Tribut. E Contrib-Op. Intra-orçamentárias	3.632,49	15.176,55	3.632,49	15.176,55		-	3.632,49	15.176,55
92 Despesas de Exercícios Anteriores	47.243,10	141.065,29	47.243,10	138.565,29		2.500,00	47.243,10	138.465,29
93 Indenizações e Restituições	107.927,05	6.159,14	107.927,05	1.631,10		4.528,04	107.927,05	95,41

¹ O pagamento da folha de pessoal é realizado pelo Órgão Central. Os valores referentes à folha de pagamento desta Superintendência constarão no Relatório de Gestão do DPF. Os valores inscritos para o exercício de 2009 referem-se ao pagamento de auxílio funeral.

Quadro 18 - Evolução de Gastos Gerais

Descrição	ANO		
	2007	2008	2009
1. PASSAGENS	318.929,02	321.817,22	1.059.346,68
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	1.262.086,42	1.201.284,07	1.333.473,27
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS			
3.1 Publicidade		-	-
3.2 Vigilância, Limpeza e Conservação	715.815,58	820.207,96	842.080,65
3.3 Tecnologia da Informação		-	-
3.4 Outras Terceirizações	441.453,48	576.457,92	580.980,80
4. CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	132.196,72	430.323,05	159.201,15
5. SUPRIMENTO DE FUNDOS	-	430.323,05	159.201,15
TOTAIS	2.870.481,22	3.780.413,27	4.134.283,70

O aumento significativo na rubrica “Passagens” em 2009 em relação aos exercícios de 2007 e 2008 deveu-se, principalmente, em razão do aumento no contingente policial (delegados, peritos criminais e agentes) somado à ampliação considerável de encaminhamento de servidores desta Regional (área fim e área-meio) para realização de cursos de capacitação em diversas unidades da federação.

Em relação às despesas incorridas com Cartão de Pagamento do Governo Federal (suprimentos de fundos) percebe-se uma queda significativa quando comparadas com as realizadas no exercício de 2008. Tal diminuição está relacionada ao término da operação Upatakou (outubro de 2009), o que implicou em considerável redução dos gastos com estes recursos.

Um fato que conturbou sobremaneira a execução orçamentária no exercício de 2009 foi o aumento dos valores das diárias no segundo semestre, sem a respectiva complementação orçamentária, o que provocou a revisão das estratégias operacionais e a redução do envio de servidores para realização de cursos de atualização e aperfeiçoamento ou em apoio a outras unidades em suas operações policiais.

Além disso, o contingenciamento de recursos no final do segundo semestre prejudicou muito essa execução. Isso porque a Coordenação de Orçamento e Finanças não disponibilizou ou demorou a disponibilizar os recursos necessários ao pagamento das parcelas dos diversos contratos da unidade, sendo que até a presente data têm sido solicitados

recursos para pagamento de parcelas de aluguéis, combustível, diárias, etc., que ficaram para este exercício.

No quadro anterior percebe-se uma incoerência entre a proporcionalidade de aumento, entre os exercícios de 2008 e 2009, dos valores relacionados às rubricas “passagens” e “diárias”. Porém, é importante frisar que aproximadamente R\$ 200.000,00 deixou de compor o saldo dos valores atribuídos às diárias, tendo em vista que estes passaram por um processo de reconhecimento de dívida.

2.4.1.3 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro 19 - Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 – Investimentos	-	2.160.676,52		84.864,52		2.075.812,00		83.328,83
51 Obras e Instalações – Op. Intra-Orç.	-	2.152.947,26		81.663,30		2.071.283,96		81.663,30
52 Equip. e Material Permanente – Op. Intra-Orç	-	7.729,26		3.201,22		4.528,04		1.665,53
5 – Inversões Financeiras	-	-		-		-		-
-	-	-		-		-		-
6 – Amortização da Dívida	-	-		-		-		-

No exercício de 2009 iniciaram-se os procedimentos licitatórios para a contratação de empresa para construir a sede nova desta Regional. Um total de R\$ 2.000.000,00 foi empenhado em favor da empresa vencedora do certame, valor este que representou 96 % do total da despesa de capital incorrida em 2009.

Outra despesa merecedora de destaque foi à relacionada à contratação de empresa para confecção dos projetos básicos relacionados às reformas da Delegacia de Pacaraima e o Posto Avançado de Bonfim.

2.4.1.4 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo

Quadro 20 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0662		Denominação: Prevenção e Repressão à Criminalidade				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
Não se Aplica ¹		1.224.507,61	1.214.219,76	10.287,85	1.214.219,76	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência ²			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício ³
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Prazo de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal (dias)	01/12/2006	79	70	75	266
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Tempo médio gasto entre a abertura e conclusão de inquéritos policiais na Polícia Federal						
Análise do Resultado Alcançado:						
Quanto ao Prazo de conclusão de inquéritos policiais, avaliado em dias, o Plano Plurianual tem como índice 75 dias para o ano avaliado e com meta de redução para 70 dias em 2011. Considerando o espaço físico do estado e as dificuldades de locomoção pelo interior, este parâmetro é de maior dificuldade de ser atingido. As dificuldades para encontrar e intimar os envolvidos para oitivas e, ainda, o deslocamento dos mesmos até a sede em Boa Vista, são dificultadores para a agilidade dos procedimentos.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal (PERCENTAGEM)	31/12/2006	63,6	80	70	81,5
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Relação percentual entre o número de inquéritos policiais concluídos em todas as unidades operacionais do órgão e o total de inquéritos policiais instaurados.						
Análise do Resultado Alcançado:						
Estes dois indicadores são os norteadores das avaliações de produtividade dos inquéritos policiais de responsabilidade da Polícia Federal. Com base no Plano Plurianual 2008-2011, a Taxa de Conclusão de Inquéritos tem como referência o índice de 70% com crescimento gradativo, prevendo ao final do período (2011) atingir os 80%. A Superintendência Regional em Roraima atingiu o índice de 81,5% de inquéritos relatados, acima não somente do objetivo do ano avaliado, mas também do final do período. Fruto de trabalho contínuo da Corregedoria e coordenação da Superintendência sobre todas as delegacias especializadas.						

Fonte: SIGPLAN e SISCART

¹ As Superintendências operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

² A Referência informada é a constante no PPA, estabelecida pelo DPF considerando os números globais da Polícia Federal.

³ O índice informado se refere apenas ao desempenho desta superintendência

Código no PPA: 1353		Denominação: Modernização da Polícia Federal			
Dotação*		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
-	-	2.152.947,26	81.663,30	2.071.283,97	81.663,3

Obs: Neste programa não foi estabelecido parâmetro de avaliação.

Código no PPA: 0750		Denominação: Apoio Administrativo			
Dotação*		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
-	-	4.258.076,25	4.073.373,23	184.703,02	3.960.424,79

Obs: Neste programa não foi estabelecido parâmetro de avaliação.

Código no PPA: 0150		Denominação: Proteção e Promoção dos Povos Indígenas			
Dotação*		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
-	-	883.000,00	662.191,00	220.809,00	662.191,00

Obs: Os parâmetros de avaliação deste programa são de responsabilidade da FUNAI.

Código no PPA: 1453		Denominação: Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONACI			
Dotação*		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
-	-	6.800,00	4.300,00	4.200,00	2.500,00

Obs: Os parâmetros de avaliação deste programa são de responsabilidade da SENASP.

* As informações de dotação não se aplicam à unidade, pois a previsão orçamentária, na Lei Orçamentária Anual, especifica somente o orçamento do Órgão da Unidade Orçamentária, ou seja, do Departamento de Polícia Federal, e não da Unidade Executora.

Com relação à execução dos programas acima explicitados é salutar por em relevo a atuação da Diretoria de Gestão de Pessoal, que contemplou a unidade com mais sete delegados de Polícia Federal e seis peritos criminais. Ressalte-se que esse contingente não foi acréscimo ao quadro já existente, mas substituição às autoridades policiais e peritos criminais removidos no último certame. Contudo, essa nova leva de servidores contribuiu muito, mesmo tendo tomado na segunda metade do exercício, para que as atividades de polícia judiciária, sobretudo a relatoria de inquéritos policiais, tivessem um incremento e incrementasse, conseqüentemente, a repressão da criminalidade.

Outro ponto digno de destaque foi a política desencadeada para apoiar a retirada de não-índios da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Grande foi o apoio material e de recursos humanos recebidos por esta unidade para se desencumbrir desse mister.

No ponto Modernização da Polícia Federal foi grande o empenho desta unidade visando à conclusão do projeto executivo da nova sede, o desencadeamento do processo licitatório para a construção da obra e a assinatura do contrato com a empresa vencedora. Porém, no tocante à verba que já constava no PPA para a consecução da obra, foi grande a batalha, por força do contingenciamento enfrentado pela Polícia Federal no segundo semestre do exercício findo, para empenhar uma pequena parcela do orçamento que viesse pelo menos a sustentar os primeiros gastos com a execução da obra.

2.4.2 - Execução Física e Financeira das ações realizadas pela Unidade

Quadro 21 – Execução física e financeira das ações realizadas pela Unidade

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo ¹	Prio ²	Unidade Medida	Meta Física ³			Meta Financeira		
							Prev.	Real.	Para 2010	Prev.	Real	Para 2010
06 – Segurança Pública	125 – Fiscalização e Normatização	0662	2679	A	3	Documento emitido	NA	NA	NA	69.384,62	NA	
06 – Segurança Pública	183 – Informação e Inteligência	0662	2720	A	3	Ação Realizada	NA	NA	NA	95.321,19	NA	
06 – Segurança Pública	181 - Policiamento	0662	2726	A	3	Operação Realizada	NA	NA	NA	1.053.751,80	NA	
06 – Segurança Pública	128 – Formação de Recursos Humanos	0662	4572	A	3	Servidor Capacitado	NA	NA	NA	6.050,00	NA	
06 – Segurança Pública	122 – Administração Geral	0750	2000	A	3	Não Há	NA	NA	NA	4.258.076,25	NA	
06 – Segurança Pública	181 – Policiamento	1353	7E37	P	3	% de Execução Física	NA	NA	NA	2.000.000,00	NA	
06 – Segurança Pública	181 - Policiamento	1353	8979	P	3	% de Execução Física	NA	NA	NA	152.947,26	NA	
06 – Segurança Pública	181 - Policiamento	0150	4390	A	3	Não há	NA	NA	NA	883.000,00	NA	

Pública										
06 – Segurança Pública	422 – Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	1453	8375	A	3	Indenização Paga	NA	NA	6.800,00	NA

¹ Tipo da Ação: P – Projeto; A – Atividade e OP – Operação Especial

² Prioridade: 1 – Ação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) exceto PPI, 2 – Ação do PPI (Projeto Piloto de Investimento, 3 – Demais ações prioritárias, 4 – Ação não prioritária;

³ O campo preenchido como “NA” – Não se Aplica está seguindo a orientação da CGU para o caso da UJ operar apenas como executora da ação. As metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA e constante no SIGPLAN se referem a todo DPF.

Observa-se, pelos demonstrativos, que a Unidade cumpriu as metas físicas esperadas.

No item relativo à relatoria de inquéritos policiais, não obstante o constante rodízio de autoridades policiais observado na unidade, bem como as precárias condições do prédio que abriga a sede da Superintendência Regional, que não oferece nem o mínimo de conforto à atuação das autoridades policiais, o percentual até ultrapassou o meta esperada.

No tocante à modernização, foi concluído o projeto básico e executivo visando á construção da nova sede da Polícia Federal no Estado de Roraima. A obra foi licitada e o contrato com a construtora assinado.

O desencadeamento da Operação Upatakon III, coordenada por esta Unidade, que visou à retirada dos não-índios da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, consumiu boa parte dos recursos e do tempo do exercício passado, restando, ao final, muitos problemas de ordem disciplinar a serem apurados pela corregedoria regional e a administração do rescaldo, do acervo e da frota de veículos, que restou em péssimas condições após as ações na Terra Indígena.

2.4.3 – Indicadores de desempenho

Não há indicadores de desempenho além dos estabelecidos nos Programas e Ações

2.4.4 – Análise do desempenho

Considerando um dos principais índices de produtividade o quantitativo de conclusão de inquéritos policiais (IPL) na Polícia Federal (porcentagem) utilizada como parâmetro do Programa 0662 – Prevenção e repressão à criminalidade, esta Superintendência atingiu com excelência seus objetivos. Tendo como meta para o ano de 2009 a referência de 70% de IPL relatados pode-se verificar que o percentual de conclusão em Roraima atingiu 81, 5%. Foi superado em 21,5% o objetivo determinado pelo programa.

Na área de perícias técnico-científicas as produções estão condizentes, principalmente se forem consideradas as limitações de equipamentos e espaço.

No segundo semestre foram removidos do setor, em virtude de concurso de remoção, cinco peritos criminais federais (PCF). E apesar de ter recebido sete novos PCF no mesmo semestre, há sempre um período de adaptação e treinamento até que a produção operada pelos novos servidores se equilibre, fator que afeta consideravelmente a produção de laudos.

A produção relativa à área de laboratório ainda é muito tímida em relação à casuística do Estado e a quantidade de peritos da área. Isso em virtude principalmente da falta de estrutura física. Caso o laboratório seja estruturado para receber os equipamentos já existentes, a produção poderá ser acrescida em até 300%.

O Núcleo de Operações da Delegacia Regional Executiva (NO/DREx) coordenou o estágio de primeira investidura dos novos agentes de Polícia Federal (APF) realizando 40 missões supervisionadas (conforme determinado por Instrução Normativa). Destacam-se as atividades de policiais lotados em Pacaraima/RR, num total de 15 missões. Foram realizadas atividades variadas como reintegração de posse, segurança de dignitários, condução coercitiva e mandados de busca e apreensão.

Na área de Polícia de Imigração (DELEMIG) houve um pequeno aumento na expedição de passaportes e uma considerável redução do movimento de entrada e saída de brasileiros e estrangeiros pelos pontos de fiscalização sob jurisdição da SR/RR.

A partir de março de 2009 passou-se a fazer o controle da entrada de brasileiros em território nacional, já visando à sistemática a ser adotada quando da implantação do novo sistema de controle do tráfego internacional.

Ponto positivo a ser ressaltado foi o incremento no número de autuações realizadas, reflexo da intensificação da fiscalização nos pontos de controle, sobretudo com a possibilidade de acesso aos sistemas corporativos e seu efetivo uso. Pode haver melhora nos resultados caso haja melhoria das condições logísticas e técnicas, treinamento e atualização dos servidores em missão nos pontos de fiscalização, além de maior comprometimento dos mesmos com as atividades afetas à área de imigração.

A equipe policial foi reforçada, contando atualmente com seis APF, o que possibilitou a criação do Núcleo de Operações da DELEMIG e a melhoria no atendimento ao Aeroporto Internacional de Boa Vista, que a partir de dezembro teve implantado o serviço de

acompanhamento do *check-in* e embarque dos vôos nacionais, além da fiscalização dos vôos internacionais.

Na Repressão a Crimes Fazendários (DELEFAZ) implementou-se de forma mais robusta um quadro de servidores que fossem capazes de atender as demandas de análise documental, a fim de aprimorar as investigações a respeito de malversação de verbas públicas. Reduziu-se significativamente o número de apreensões de combustíveis e eletrônicos por parte desta descentralizada, sendo então possível centrarmos maiores esforços na fronteira de Bonfim com a República Cooperativista da Guiana. Nesta unidade da federação foram realizados 02 flagrantes coibindo a venda ilegal de combustíveis contrabandeados do país vizinho, bem como diversas diligências no sentido de reprimir o contrabando de alho, camisas e calçados, culminando em diversas apreensões. Em Boa Vista/RR também foram realizadas inúmeras diligências ao longo do ano a fim de reprimir o comércio ilegal de produtos contrabandeados/descaminhados. Inclusive com a prisão em flagrante da dona de um comércio onde eram vendidos produtos ilicitamente internados em território nacional de procedência venezuelana. Neste ano foi iniciada parceria com a ANVISA e as Vigilâncias Sanitárias estadual e municipal, com a assinatura de acordo de cooperação técnica celebrado com o DPF, obtendo-se maior repressão sobre o comércio ilegal de medicamentos irregulares e falsificados.

Na questão de Defesa Institucional (DELINST) essa delegacia especializada é instada, constantemente, a deslocar suas equipes para averiguar e dar suporte a questões conflituosas envolvendo comunidades indígenas, tendo em vista grande parte do Estado de Roraima ser constituído de Terras Indígenas. Nessas empreitadas sempre se faz necessário o envolvimento de um contingente significativo de policiais para que as ações sejam feitas em um nível aceitável de segurança para os policiais e representativo para a possibilidade de contenção de conflitos.

Ainda remanescem investigações referentes às Eleições 2008, que se fazem imperativo o deslocamento de equipes de policiais para diligências no interior do Estado.

Foram realizadas a segurança de dignitários e outras autoridades de Estado que estiveram em Roraima, além de participação na operação visando à segurança do Presidente da República.

Na área de fiscalização de segurança privada (DELESP) houve nova regulamentação quanto às vistorias bancárias, conforme o disciplinado pela Portaria 358/09-DG/DPF, a qual

prorrogou a validade de todos os planos de segurança bancária para dezembro de 2009, sendo que as vistorias relativas a tais planos serão realizadas no decorrer do ano de 2010. Assim, todas as vistorias bancárias pertinentes ao ano de 2009 foram realizadas. Em 2009, apenas a empresa Transvig movimentou processos através da Gestão Eletrônica de Segurança Privada-GESP, no âmbito da Superintendência de Polícia Federal em Roraima. Todavia tanto a empresa Union Security como o Centro de Formação de Vigilantes de Roraima encontram-se já em fase de cadastramento no GESP, não devendo ocorrer maiores transtornos para o seu efetivo funcionamento.

Na repressão de crimes contra o meio ambiente (DELEMAPH) foram intensificados os trabalhos de combate ao garimpo ilegal em Roraima, buscando obter informes de inteligência, montando um quadro de conhecimento dos pontos mais relevantes de atuação garimpeira irregular e elaborando planos para repressão. O combate à atividade garimpeira ilegal em área de difícil acesso, como é o caso da Terra Indígena Yanomami, requer uma grande logística e conhecimento da área. Com a busca de informações junto aos silvícolas, apoio de aeronaves e embarcações, é possível se fazer um bom trabalho, como foi o caso das operações Paredão, Aracaçá e Escudo Dourado. Esta última contou com a participação de mais de 150 homens entre Policiais Federais e militares do Exército Brasileiro; 20 viaturas tracionadas e 02 aeronaves (helicóptero Black Hawk e Cessna 206). Foram identificados 25 pontos de garimpo ilegal, 10 foram desativados e o restante já havia sido abandonado. Diversas outras ações nas inúmeras áreas de atuação da Delemaph foram realizadas em cumprimento às diligências dos inquéritos em curso na citada especializada, sendo realizadas ações que resultaram em informações para subsidiar as investigações e na apreensão de equipamentos, transportes e produtos de crimes contra a fauna e a flora. Vale ressaltar que grande parte do material arrecadado em garimpos ilegais foi inutilizado, em vez de apreendido, dada a dificuldade em promover o seu transporte e em face de previsão legal existente.

Na repressão ao tráfico ilícito de armas e munições (DELEARM) tendo em vista a prorrogação da campanha do recadastramento de armas até o dia 31/12/2009 (simplificando o registro da arma de fogo), o número de armas entregue na campanha do desarmamento foi pequeno, pois o cidadão preferiu registrar ou regularizar a arma a entregar mediante indenização. Foi dada ampla divulgação nos meios de comunicação sobre a campanha do recadastramento de armas de fogo, sendo que foram quase três mil requerimentos de registro de armas no período de seis meses de divulgação.

As operações desencadeadas contra a Repressão de Entorpecentes (DRE) se pautaram basicamente no combate a tráfico interestadual de tráfico de drogas, alcançando um resultado favorável.

No transcorrer do ano de 2009, os inquéritos da SR/DPF/RR conjuntamente aos instaurados na recém criada Delegacia de Pacaraima, resultaram no índice de inquéritos relatados de 81,5% (oitenta e um vírgula cinco por cento). Tomando por parâmetro o Plano Plurianual de 2008-2011, onde está prevista a meta de 63,6% (sessenta e três vírgula seis por cento), conclui-se pela efetividade do trabalho desenvolvido pela Corregedoria Regional da SR/DPF/RR junto às delegacias especializadas.

Percebeu-se a continuidade da diminuição das instaurações dos inquéritos policiais em 2009, mesmo que de forma menos acentuada. Tal fato decorreu de um alinhamento jurídico estabelecido em uma reunião entre a COR/SR/DPF/RR, a Justiça Federal, o Ministério Público Federal e a Receita Federal do Brasil, ocasião em que os representantes desses órgãos, considerando a atual legislação e as jurisprudências recentes e dominantes nos Tribunais Superiores, formataram novos parâmetros para que todas as instituições envolvidas na repressão criminal, e especialmente as autoridades policiais federais, processassem as apreensões relativas ao contrabando e descaminho nesta circunscrição.

Em outra vertente, a Corregedoria Regional buscou promover um razoável equilíbrio entre o número de inquéritos instaurados e relatados no ano de 2009, estabelecendo metas e novos critérios para instauração de inquéritos policiais. Além disso, novos delegados federais foram empossados a partir de julho/2009, contribuindo para o resultado positivo e melhor eficiência no trâmite dos apuratórios.

3 - Recursos Humanos

Quadro 22 - Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação em 31/12/2009

Composição do Quadro de Recursos Humanos Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
Estatutários	195	Tais informações somente poderão ser disponibilizadas pelo órgão central (SECAD/CRH/DGP/DPF), em Brasília	
Próprios	-		
Requisitados	-		
Celetistas	-		
Cargos de livre provimento	-		
Estatutários	-		
Não Estatutários	-		
Terceirizados	41		
Total	236		

Fonte: SIAPE

Quadro 23 - Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009

QUADRO PRÓPRIO								
TIPOLOGIA	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações		
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)								
2007	146		-	1.036.195,12	21.596,60	282.480,08		
2008	156		-	1.298.028,28	35.533,58	300.536,72		
2009	195		-	818.857,82	143.633,23	362.808,88		
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)								
2007								
2008								
2009								
Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)								
2007								
2008								
2009								
Requisitados com ônus para a UJ								
2007								
2008								
2009								
Requisitados sem ônus para a UJ								
2007								
2008								
2009								
QUADRO TERCEIRIZADO								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007	08	245.663,03	17	551.815,74				
	22	473.003,28						
2008	10	319.221,63	17	551.815,74				
	22	500.027,64						
2009	10	282.278,52	17	528.147,51			03	129,60
	22	559.802,13						

Fonte: SIAPE

No segundo semestre do exercício em comento a Unidade foi suprida com um número razoável de autoridades policiais, resultando num maior número de inquéritos policiais relatados. Observou-se que o Setor Técnico-científico recebeu um número considerável de peritos criminais federais, mas, em seguida, grande número deles foi removido em virtude de concurso de remoção. Contudo, esse contingente novo não acrescenta de pronto um resultado na relatoria de inquéritos nem na elaboração de perícias técnicas, uma vez que necessita de tempo para adaptar-se à realidade das novas funções do cargo e do preparo técnico para desempenhar as mesmas.

Nota-se a grande necessidade na unidade de efetivo para desempenhar as atividades-meio da Polícia Federal. Não houve concurso público no período. Contudo, a Administração Central já remeteu projeto de lei para definir a nomenclatura da Carreira de Apoio

Administrativo, bem como o salário relativo aos novos cargos, o que possibilitará a abertura de concurso público.

Importante frisar que em dezembro de 2009 o contrato firmado com pessoa jurídica cujo objeto era a contratação de digitadores foi extinto. A ausência desses profissionais já está sendo sentida neste exercício de 2010, dado o quadro reduzido dos servidores da área administrativa.

Vale lembrar que com o aumento de servidores policiais há um acréscimo proporcional na demanda de trabalho para a área de apoio, situação esta que onerou significativamente os servidores administrativos no exercício de 2009. Não obstante a esta situação verifica-se a possibilidade de redução do quadro em função da aposentadoria dos servidores mais antigos (oriundos do quadro de servidores do ex-território) e da evasão em função de aprovação em outros cargos públicos que atraem os servidores administrativos.

De tudo exposto, verifica-se a necessidade de ingresso de novos servidores para a área meio, de modo que as atividades a ela relacionadas não sofram descontinuidade ou sejam comprometidas, devendo haver uma equalização do quadro de apoio administrativo com o quadro de policiais federais, uma vez que o desencadeamento de ações operacionais sempre requer ações administrativas que possibilitem o apoio necessário à atuação policial, tais como, o processo de compra de passagens e o conseqüente pagamento de diárias; processamento de folha de ponto; serviços médicos; compra de equipamento e combustíveis; etc.

No tocante ao desempenho funcional, urge no âmbito da Polícia Federal, desenvolver ferramentas que possibilitem uma melhor avaliação do desempenho de servidores policiais e administrativos. Os que hoje vigoram não traduzem a realidade e não deixam margem para que o gestor possa recompensar os servidores que mais trabalham.

Apesar de desempenhar, por força de norma constitucional, as funções de Polícia Judiciária da União, outras funções, notadamente relacionadas à polícia administrativa, estão a cargo da Polícia Federal. Estão, assim, no rol dessa última atividade, a emissão de passaportes e o controle imigratório, as ações de controle de segurança privada, controle de produtos químicos, fornecimento de certidões de antecedentes criminais, etc.

Para desempenhar esse mister, prestando um serviço de qualidade aos clientes da Polícia Federal, é sempre necessária a contratação de mão de obra terceirizada para que o

servidor policial não venha estar desviado do foco operacional da atividade investigativa e operacional.

No tocante à capacitação do pessoal foram intensas, no exercício findo, as ações visando à atualização e capacitação tanto dos policiais federais quanto dos servidores administrativos, sobretudo dos peritos criminais, que carecem de um constante treinamento para o manuseio de instrumentos e métodos para alcançarem melhores resultados nas perícias.

As inúmeras ações foram desenvolvidas pela Academia Nacional de Polícia em cursos presenciais e à distância. Outras capacitações foram oferecidas por organismos internacionais.

Esta unidade também proveu seus policiais com diversos treinamentos de tiro e contra distúrbios civis, utilizando-se de estruturas disponibilizadas no próprio Estado.

4 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

– não ocorreu no período –

5 – Inscrições do Restos a Pagar no Exercício e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro 24 – Inscrições e Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2009

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2009	Não se Aplica			
2008	-	-	-	-
2007	-	-	-	-
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
	Não se Aplica			
2008	1.653.342,38	2.723,93	1.631.042,26	22.300,00
2007	-	-	-	-
...				
Observações:				

Fonte: SIAFI Gerencial

6 – Informações sobre Transferências (Recebidas ou Realizadas) no Exercício

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Roraima não realiza ou recebe transferência de recursos mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou

outros instrumentos congêneres, tal atribuição é privativa do Órgão Central do Departamento de Polícia Federal.

7 – Previdência Complementar Patrocinada

- Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ -

8 – Fluxo Financeiro de Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Roraima não firma Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos, tal atribuição é exclusiva do Órgão Central do Departamento de Polícia Federal.

9 – Renúncia Tributária

- Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ -

10 – Operações de Fundo

- Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ -

11 – Determinações dos Órgãos de Controle

11.1 – Recomendações da CGU

A Controladoria-Geral da União em Roraima a considerou as contas desta Superintendência como “REGULAR COM RESSALVAS”, conforme Certificado de Auditoria nº 224614.

As recomendações propostas pela CGU em 2009 estão relacionadas abaixo com as respectivas providências adotadas.

Quadro 25 – Relação das Recomendações da CGU e suas Providências

Nº Relatório	Item do Relatório	Setor Responsável pela Implementação
224614	4.1	-
Descrição da Recomendação:		
“Ao elaborar o relatório de Gestão relativo ao exercício de 2009, identificar a meta realizada no Estado, comparando-a com o total previsto para a ação nacionalmente, e informar qual foi a contribuição do DPF no atingimento da meta estabelecida nacionalmente conforme exemplificado na tabela abaixo: “		
Providências adotadas:		
As metas físicas e financeiras foram quantificadas no SIGPLAN de forma global para todo o Departamento de Polícia Federal, não havendo quantificação específica para esta UJ. Entretanto procurou-se estabelecer parâmetros que pudessem aferir a participação desta Regional no contexto nacional.		

Nº Relatório	Item do Relatório	Setor Responsável pela Implementação
224614 – 2ª Parte	4.1.1.1	SELOG/NEOF
Descrição da Recomendação:		
<p>“a) Proceder controle tempestivo dos gastos realizados conforme o elemento de despesa especificado na nota de empenho a fim de evitar a execução de despesa distinta da que foi autorizada;</p> <p>b) Realizar os acertos para regularização contábil do bem permanente comprado com recursos destinados à aquisição de material de consumo;</p> <p>c) Evitar realizar saques para pagamentos de despesas em estabelecimentos comerciais que aceitem cartão de crédito;</p> <p>d) Anexar todas as faturas e demonstrativos dos CPGF referente ao período de aplicação ao processo de prestação de contas do suprimento de fundos;</p> <p>e) Preferir o rito normal da execução de despesas, quando for possível, a fim de evitar fuga de certame licitatório;</p> <p>f) Evitar realizar saques para pagamentos de despesas em estabelecimentos comerciais que sejam afiliados a rede de cartão de crédito;</p> <p>g) Caso seja necessária a utilização de saques, justificar cada pagamento de despesas, de modo que fique evidenciado os motivos para a execução desses gastos.”</p>		
Providências adotadas:		
<p>Após a verificação da compra de material permanente com recursos destinados aos materiais de consumo, o suprimento foi informado da necessidade de devolução do montante utilizado indevidamente, sendo que em todos os casos houve a referida restituição.</p> <p>Em relação aos pagamentos em espécie em estabelecimentos que aceitam cartão de crédito, os suprimentos foram orientados a realizar saques somente para efeito de pagamento à pessoas físicas.</p> <p>Quanto à necessidade de “Anexar todas as faturas e demonstrativos dos CPGF referente ao período de aplicação ao processo de prestação de contas do suprimento de fundos”, todos os documentos mencionados estão sendo anexados ao processo para fins de comprovação pela área orçamentária e financeira.</p>		

Nº Relatório	Item do Relatório	Setor Responsável pela Implementação
224614 - 2ª Parte	5.3.1.1	
Descrição da Recomendação:		
<p>“1 - Efetuar, no SIAPE, a correção dos seguintes dados da servidora matrícula SIAPE n. 530744:</p> <p>a) Data de ingresso no Órgão: inserir a data de 27/11/1995;</p> <p>b) Período usufruído de licença prêmio: a Unidade informou que a servidora faz jus a 6 meses e não a 5 meses; alterar a data de ingresso da servidora no serviço público federal para 18/04/1980;</p> <p>c) Mapa do tempo de serviço para aposentadoria: o campo 2 “Tempo Líquido de Serviço, consta o início do período em 15/01/1996. No entanto, o correto é 27/11/1995, data da entrada da servidora no DPF.</p> <p>2 - Providenciar a publicação do ato de concessão de isenção previdenciária da servidora matrícula SIAPE n. 530744, em virtude do princípio constitucional da publicidade.”</p>		
Providências adotadas:		
<p>Não foi possível efetuar as correções apontadas, tendo em vista estarmos aguardando a liberação da matrícula da servidora pelo MPOG.</p>		

Nº Relatório	Item do Relatório	Setor Responsável pela Implementação
224614 - 2ª Parte	5.3.1.2	SRH
Descrição da Recomendação:		
<p>1 - Providenciar a publicação do ato de concessão de abono de permanência do servidor matrícula SIAPE n. 175674, em virtude do princípio constitucional da publicidade.</p> <p>2 - Efetuar o ressarcimento dos valores recebidos indevidamente pelo servidor 0175674, a título de abono permanência. O ressarcimento deve-se ao fato de a contagem do tempo de serviço relativo aos “20% da Lei 3.313/57 e 4.878/65 (ANP) e (DPF)” ter sido considerada ilegal pelo TCU, por meio do Acórdão 3.324/2007 – Primeira Câmara, D.O.U. 25/10/2007. Bem como, a contagem indevida da “Fração da LPA (Licença-prêmio) período dobrado”, pois a Decisão Judicial do processo 200034000005822 não considerou fração de licença-prêmio cujo período aquisitivo não havia sido completo pelo servidor.</p>		
Providências adotadas:		
As providências apontadas já foram executadas pelo SRH no segundo semestre do exercício de 2009.		

Nº Relatório	Item do Relatório	Setor Responsável pela Implementação
224614 - 2ª Parte	5.3.1.3	
Descrição da Recomendação:		
Efetuar o levantamento dos valores pagos indevidamente a título de Adicional de Insalubridade, de 2005 a 2008, aos servidores constantes da Portaria n. 032/2005 – GAB/SR/DPF/RR, de 22/04/2005, que concedeu o Adicional de Insalubridade de 20%, contudo os servidores faziam jus ao Adicional de Periculosidade de 10%. Após o levantamento, efetuar o devido ressarcimento ao Erário.		
Providências adotadas:		
Os valores pagos indevidamente já estão sendo descontados em folha de pagamento dos servidores desde o segundo semestre do exercício de 2009.		

Nº Relatório	Item do Relatório	Setor Responsável pela Implementação
224614 - 2ª Parte	7.1.1.1	Gabinete da Superintendência
Descrição da Recomendação:		
Aperfeiçoar os controles internos da Unidade com vistas à realização de procedimentos que viabilizem a conferência do Roteiro de verificação de peças e conteúdos – exercício 2008, previsto na Decisão Normativa TCU n. 94, de 3.12.2008, bem como, obedecer ao prazo de entrega do processo ao Órgão de Controle Interno.		
Providências adotadas:		
<p>O Superintendente Regional encaminhou os servidores Francisco das C. M. Pimentel e Rogério Antônio Pereira para participarem de um treinamento promovido pelo DPF em Brasília, nos dias 23 a 25 de novembro de 2009, cujo conteúdo programático relacionou-se a confecção do Relatório de Gestão para o exercício de 2009.</p> <p>O referido treinamento, que teve como instrutores servidores do quadro da Controladoria Geral da União, foi proferido na intenção de aprimorar e uniformizar os procedimentos do departamento, considerando as dificuldades vivenciadas para elaboração dos relatórios de gestões relativos à exercícios anteriores.</p>		

11.2 - Determinações e Recomendações do TCU

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Roraima recebeu 04 (quatro) determinações do Tribunal de Contas da União, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 26 - Relatório de cumprimento das deliberações do TCU

Unidade Jurisdicionada						
Denominação completa:						Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL EM RORAIMA						
Deliberações do TCU						
Deliberações expedidas pelo TCU						
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida	
	TC-016.554/2009-3	5444/2009 –TCU 2ª Câmara	1.4.1.1	Determinação		
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação						Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL EM RORAIMA						
Descrição da Deliberação:						
Abstenção de realização de despesas com Cartão de Pagamentos do Governo Federal – CPGF na modalidade “saque” quando os estabelecimentos vendedores forem afiliados à rede de cartão de crédito, em observância ao anexo III da IN 09/08-DG/DPF						
Providências Adotadas						
Setor responsável pela implementação						Código SIORG
SELOG/NEOF						
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:						
Em relação aos pagamentos em espécie em estabelecimentos que aceitam cartão de crédito, os supridos foram orientados a realizar saques somente para efeito de pagamento à pessoas físicas.						
Síntese dos resultados obtidos						
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor						

Unidade Jurisdicionada						
Denominação completa:						Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL EM RORAIMA						
Deliberações do TCU						
Deliberações expedidas pelo TCU						
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida	
	TC-016.554/2009-3	5444/2009 -TCU 2ª Câmara	1.4.1.2	Determinação		
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação						Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL EM RORAIMA						
Descrição da Deliberação:						
Atenção quanto ao limite máximo de saques do CPGF, igual a 30% (trinta por cento) do total da despesa anual do órgão com suprimentos de fundos, nos moldes do art. 2º, §§ 5º e 6º do Decreto 6370/08.						
Providências Adotadas						
Setor responsável pela implementação						Código SIORG
SELOG/NEOF						
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:						
O limite de 30% citado está sendo obedecido conforme IN 11/2009 – DG/DPF e o decreto citado.						
Síntese dos resultados obtidos						
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor						

Unidade Jurisdicionada						
Denominação completa:						Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL EM RORAIMA						
Deliberações do TCU						
Deliberações expedidas pelo TCU						
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida	
	TC-016.554/2009-3	5444/2009 –TCU 2ª Câmara	1.4.1.3	Determinação		
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação						Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL EM RORAIMA						
Descrição da Deliberação:						
Restrição na utilização dos suprimentos de fundo para pagamentos decorrentes de situações específicas relacionadas no art. 5º da IN 09/08-DG/DPF, adotando os ritos convencionais de licitação descritos nas Leis 8.666/93 e 10.520.2002 para aquisição de materiais de expediente e de informática destinados à sede da Superintendência em Roraima.						
Providências Adotadas						
Setor responsável pela implementação						Código SIORG
SELOG/NEOF						
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:						
A aquisição de material de expediente de informática por meio de suprimentos de fundos ocorreu de forma excepcional, visto que não havia material disponível no almoxarifado e havia a necessidade imediata de sua aquisição para que os trabalhos desenvolvidos no Setor Técnico Científico não ficassem prejudicados, o que poderia causar até mesmo demandas judiciais contra esta Regional pelo não cumprimento de prazos na confecção dos laudos periciais.						
Síntese dos resultados obtidos						
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor						

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL EM RORAIMA					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	TC-016.554/2009-3	5444/2009 –TCU 2ª Câmara	1.4.1.4	Determinação	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL EM RORAIMA					
Descrição da Deliberação:					
Adoção no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data em que tomar ciência da decisão, as providências cabíveis com vistas a ressarcir aos cofres do Tesouro: os valores recebidos indevidamente pelo servidor matrícula SIAPE 0175674, a título de abono de permanência, no período de 09/08//2006 a abril de 2008; bem como os valores recebidos indevidamente pelos servidores arrolados na Portaria 032/2005-GAB/SR/DPF/RR, a título de adicional de insalubridade de 20%, entre 22/04/2005 e dezembro de 2008.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
SRH					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
As providências apontadas já foram executadas pelo SRH no segundo semestre do exercício de 2009.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

12 – Atos de Admissão, Desligamento, Concessão de Aposentadoria e Pensão Praticados em 2009

O envio de informações alusivas a atos de admissão de pessoal e concessão de aposentadoria, reforma e pensão, nos termos do art. 7º da IN/TCU nº 55/2007, à CGU, bem como o registro no sistema SISAC são realizados pela Coordenação de Recursos Humanos

da Diretoria de Gestão de Pessoal do DPF. Assim, as informações pertinentes aos atos de admissão e concessão do Departamento de Polícia Federal, inclusive desta Superintendência Regional, constarão no Relatório de Gestão do Órgão Central do DPF.

13 – Declaração da área responsável pelos Contratos e Convênios

Quadro 27 - Declaração do Responsável pela Área de Contratos

DECLARAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA ÁREA DE CONTRATOS			
DECLARAÇÃO			
Denominação completa (UJ):			Código das UGs:
Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Roraima			...
<p>Declaro que as informações referentes a contratos celebrados pela Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Roraima estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, de acordo com o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.</p> <p>Com relação ao Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, esta Superintendência não firma convênios, contrato de repasse, termo de parceria ou outros instrumento congêneres. Tal atribuição é privativa do Órgão Central do DPF.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Boa Vista - RR	Data	01 de março de 2010
Responsável	...	Matrícula nº	...

Informo que a declaração em tela deixou de ser assinada em virtude de que até esta data não foi possível realizar o atendimento do art. 19 da Lei 11.768/2008, tendo em vista que ainda será nomeado um servidor para realizar as funções de gestor de contrato, que terá entre outras atribuições o encargo do cumprimento do artigo citado.

14. Outras Considerações

Para 2009 estavam previstas operações de fiscalização do Baixo Rio Branco. Tendo em vista que ações do IBAMA e FEMACT estão sendo direcionadas para aquela localidade, foram direcionadas as ações da Polícia Federal aos Rios UIRARICOERA, ITACUTU e MAÚ. Além dessas atividades, duas operações estão previstas para serem realizadas em conjunto pelas Delegacias de Combate a Crimes contra o Meio Ambiente de Roraima e Amazonas no Rio Branco, que foram impedidas pela grande estiagem ocorrida em 2009, o que tornou inviável o deslocamento das embarcações previstas.

Operações conjuntas com o IBAMA não foram realizadas. Entretanto houve apreensões pontuais conjuntas. Foi promovida uma maior interação entre as instituições através da realização de curso de fiscalização e utilização de sistemas do IBAMA para policiais.

Não foi implantado o novo sistema de controle do tráfego internacional nos Postos Avançados de Bonfim e Pacaraima, bem como no Aeroporto Internacional de Boa Vista (AIBV) em função de não haver equipamentos disponíveis na Coordenação Geral de Polícia de Imigração (CGPI) para envio a Roraima. Será feita nova licitação para prover o equipamento necessário.

A mudança da Delegacia de Imigração foi adiada para o período de 2010 por não ter sido viabilizado o aluguel de novo prédio e conseqüentemente a elaboração de nova licitação.

Foram realizadas investigações no primeiro semestre com identificação de estrangeiros em situação irregular, visando a investigar possíveis fraudes para obtenção de permanência em território nacional. Entretanto, no segundo semestre os estrangeiros irregulares puderam beneficiar-se da Lei de Anistia, editada pelo Governo Federal, visando à regularização de suas estadas no País.

Não foi realizada fiscalização em reservas indígenas no sul e sudeste do Estado em função do foco principal ser a Reserva Raposa Serra do Sol, que estava em fase final de cumprimento da Homologação e retirada de não indígenas.

No exercício de 2009 foi concluída a licitação para a construção da sede própria, que irá solucionar a deficiência de espaço físico da sede atual. O prédio atualmente utilizado está em litígio.

Este fato impede que sejam realizadas melhorias no imóvel. Foi efetivada a locação de um prédio específico para acomodar o Setor Técnico Científico em função da necessidade de espaço físico para instalação de equipamentos e laboratórios de laudos periciais. Esta foi a forma mais prática para resolver o problema de espaço até que seja concluída a obra na sede própria.

O Posto Avançado de Pacaraima foi transformado em Delegacia. Conseqüentemente foram realizadas diversas reformas no prédio para adequar o espaço físico ao novo volume de servidores, que anteriormente era de dois policiais e dois agentes administrativos e atualmente possui uma lotação de 22 policiais. Foram adquiridos, também, móveis, computadores e viaturas para equipar a nova delegacia. A superintendência deixou de enviar dois policiais, em missão, sob regime de rodízio, como fazia quinzenalmente.

Com a nova estrutura policial na região de fronteira pôde-se implementar uma fiscalização mais rigorosa e eficaz, principalmente no combate ao descaminho e contrabando. Certamente os frutos dessa modificação serão percebidos no decorrer dos próximos anos, quando houver a conclusão de investigações e realização de operações em outros setores de atuação, como combate a crimes ambientais, tráfico de pessoas, entorpecentes, armas e munições. Cabe salientar que se tornou área de atuação da nova delegacia os municípios de Pacaraima, Uiramutã e Amajari; contemplando mais da metade da fronteira internacional com a Venezuela e Guiana, sendo 82% em área indígena.

Houve um aumento significativo de servidores nos cargos policiais de agentes, delegados e peritos. Entretanto na área de apoio administrativo, é perceptível o número reduzido de servidores em decorrência da ausência de concursos públicos para estes cargos. Com o aumento de servidores policiais houve um aumento considerável na demanda de trabalho para a área de apoio. Não obstante, verifica-se a possibilidade de redução do quadro em função da aposentadoria dos servidores mais antigos (oriundos do quadro de servidores do ex-território) e da evasão em função de aprovação em outros cargos públicos que atraem os servidores administrativos.

Em função de remoções e novas lotações de delegados houve intensa substituição das chefias dos setores e delegacias. Destaca-se a substituição do

Superintendente, o Delegado Regional Executivo, o Delegado Regional de Combate ao Crime Organizado, o Corregedor e mais sete delegacias especializadas.

Houve a continuidade da Operação Upatakon III, com a finalidade de assegurar a paz e normalidade no processo de conclusão da homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Esta operação de longo período de realização, iniciada no exercício de 2007, teve seu encerramento no mês de outubro do exercício alvo deste relatório. A presente operação consumiu recursos com aquisições, locação de imóveis, locações de veículos, manutenção, material de expediente, combustível, que figuram como gastos desta regional.

Em complemento a desmobilização da Operação Upatakon III iniciou-se a Operação Rescaldo, que seguiu com um efetivo reduzido patrulhando diuturnamente a Terra Indígena Raposa Serra do Sol tendo o seu deslinde em 31 de dezembro do corrente, quando houve certa certeza de não haver mais riscos de conflito na região..

Destaca-se também a homologação de mais duas reservas indígenas no Estado de Roraima. A reserva ANARO, com 30.000 hectares, no município de Amajari, área de responsabilidade da Delegacia de Pacaraima.

Junto a Terra Indígena São Marcos, já homologada, também foi criada a Reserva TROMBETAS/MAPUERA, com 3.900.000 hectares, sendo que desta 450.000 hectares localizam-se no Estado de Roraima. Com estas homologações possivelmente ocorrerão novos conflitos entre índios e não-índios, necessitando a constante atuação da Delegacia de Defesa Institucional - Delinst na apuração e combate de crimes contra comunidades indígenas destas novas áreas.

Parte B – Informações Contábeis de Gestão

1 – Declaração do Contador Responsável



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
M.J-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SERVIÇO DE CONTABILIDADE

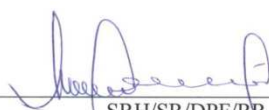
DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
DECLARAÇÃO COM RESSALVA	
Denominação completa (UJ):	Código da UG:
SUPERINTENDENCIA REG. DEP. POLICIA FEDERAL - RR	200384 - 200385
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> – a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal; – o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI; e – a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>	
Local: Brasília/DF	Data: 18/02/2010
Contador Responsável: GLADSTON GUIMARÃES NAVES	CRC nº DF-12534/O-8

2 – Rol de Responsáveis

ROL DOS RESPONSÁVEIS PELA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DE RORAIMA NO EXERCÍCIO DE 2009.

CARGO: SUPERINTENDENTE REGIONAL
NOME: JOSE MARIA FONSECA
CPF: 297.013.766-68
ENDEREÇO: AV. PRINCESA ISABEL n° 709, APTO 1501 EDIFÍCIO MARSEILLE
BAIRRO: BARRA AVENIDA
CEP: 40130-030
TEL: (71) 3319-6001
MUNICÍPIO: SALVADOR
ESTADO: BAHIA
PORTARIA DE NOMEAÇÃO: N° 460, DE 09/04/2008
EXONERAÇÃO: 23/07/2009

CARGO: SUPERINTENDENTE REGIONAL
NOME: HERBERT GASPARINI DE MAGALHÃES
CPF: 656.569.037-53
ENDEREÇO: AV. VILLE ROY N° 2801
BAIRRO: CAÇARI
CEP: 69307-725
TEL: (95) 9114-1502
MUNICÍPIO: BOA VISTA
ESTADO: RORAIMA
PORTARIA DE NOMEAÇÃO: N° 1019, DE 23/07/2009
EXONERAÇÃO: -



SRH/SR/DPF/RR
Marcelina C. de Oliveira Lima
Ag. Administrativo Mat. 5682
Chefe do SRH/SR/DPF/RR